



REGULAMENTOS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS

(LEVANTAMENTO REALIZADO PELA DST/DSCI EM MAIO DE 2004)

TIPO DE EDIFÍCIO	DIPLOMAS LEGAIS	LICENCIAMENTO		FISCALIZAÇÃO DE SEGURANÇA				ORGANIZAÇÃO DE SEGURANÇA	
		ENTIDADES LICENCIADORAS	PARECERES PRÉVIOS	ANÁLISE DE ESTUDOS/PROJECTOS E PLANOS	VISTORIAS PARA ABERTURA	INSPECÇÕES PERIÓDICAS	INSPECÇÕES INTEMPESTIVAS	ENTIDADE RESPONSÁVEL	MEDIDAS DE AUTOPROTECÇÃO E PLANOS PREVENÇÃO/EMERGÊNCIA
HABITAÇÃO	- DL n.º 64/90 de 21 Fevereiro, Rectificado pelo DR n.º 99 de 30-04 (Regulamento de segurança contra incêndio em edifícios de habitação)	- CM, Licenciamento do uso e construção. (DL n.º 555/99, de 16 Dezembro, com alterações do DL n.º 177/01, de 4 Junho - Regime jurídico da urbanização e edificação)	<i>Não especifica.</i>	- Técnico ou entidade credenciada pelo SNBPC. (em edifícios de altura < 28,0m) - SNBPC (CDOS) (em edifícios de altura entre 28,0m e 60,0m) - SNBPC (em edifícios de altura >60,0m) /Art.º 7.º a Art.º 10.º DL n.º 64/90. (*)	- CM; (DL n.º 555/99, de 16 Dezembro, com alterações do DL n.º 177/01, de 4 Junho - Regime jurídico da urbanização e edificação)	- Delegado do SNBPC ; (em edifícios com altura > 28,0m) / Art.79.º DL n.º 64/90.	<i>Não especifica.</i>	- Encarregado de segurança, que poderá ser o porteiro credenciado ou administrador na ausência de deleg. competência (em edifícios com alt. > 28,0m) Art. 79.º DL n.º 64/90.	- Livro de Registos e manutenção. (em edifícios com alt. > 28,0m), Art. 79.º DL n.º 64/90.
	OBSERVAÇÕES : (*)	Pelo DL n.º 445/91, de 20/11, alterado pelo DL n.º 250/94, de 15/10, (Art.º 68-B) compete às Câmaras Municipais velar para que seja cumprido o Regulamento aprovado pelo DL n.º 64/90, tendo entretanto sido revogado pelo DL n.º 555/99, de 16 Dezembro, o qual nada refere a este propósito. Face ao exposto, verificam-se actualmente procedimentos diversos que variam conforme as Entidades envolvidas no processo de licenciamento.							
CENTROS URBANOS ANTIGOS	- DL n.º 426/89, de 6 Dezembro (Medidas cautelares de segurança contra riscos de incêndio em centros urbanos antigos)	- CM, Licenciamento do uso e construção. (Art.º 3.º DL n.º 26/89) (DL n.º 555/99, de 16 Dezembro, com alterações do DL n.º 177/01, de 4 Junho - Regime jurídico da urbanização e edificação)	- IPPC, - SNBPC, (nº3 do Art.º2º DL nº426/89)	<i>Não especifica.</i>	<i>Não especifica.</i>	<i>Não especifica.</i>	<i>Não especifica.</i>	- CM; - Outros. (Art.º 3.º e Art.º 10.º DL 426/89)	- Brigadas de 1ª Intervenção, a promover pela CM, (Art.º 24 DL n.º 426/89) - Planos Prévios de Intervenção, a elaborar pelo corpo de bombeiros responsável pela área. (Art.º 25 DL n.º 426/89)



REGULAMENTOS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS

(LEVANTAMENTO REALIZADO PELA DST/DSCI EM MAIO DE 2004)

TIPO DE EDIFÍCIO	DIPLOMAS LEGAIS	LICENCIAMENTO		FISCALIZAÇÃO DE SEGURANÇA				ORGANIZAÇÃO DE SEGURANÇA	
		ENTIDADES LICENCIADORAS	PARECERES PRÉVIOS	ANÁLISE DE ESTUDOS/PROJECTOS E PLANOS	VISTORIAS PARA ABERTURA	INSPECÇÕES PERIÓDICAS	INSPECÇÕES INTEMPESTIVAS	ENTIDADE RESPONSÁVEL	MEDIDAS DE AUTOPROTECÇÃO E PLANOS PREVENÇÃO/EMERGÊNCIA
PARQUES DE ESTACIONAMENTOS	- DL n.º 66/95, de 08 Abril, (Regulamento de segurança contra incêndio em parques de estacionamento cobertos - Ab>200m2)	- CM, Licenciamento do uso e construção. (DL n.º 555/99, de 16 Dezembro, com alterações do DL n.º 177/01 de 4 Junho - Regime jurídico da urbanização e edificação)	- SNBPC, quando o uso para estacionamento é o único do edifício; - CM, quando se registam mais usos no mesmo edifício. (Art.º 4º DL n.º 66/95)	- SNBPC, quando o uso para estacionamento é o único do edifício; - CM, quando se registam mais usos no mesmo edifício. (Art.º 4º DL n.º 66/95)	- CM; - CM e SNBPC, no caso de parques de estacionamento públicos. (Art.º 51.º DL n.º 66/95)	Não específica.	- CM; - SNBPC; (Art.º 53.º DL n.º 66/95)	- Administrador ou entidade responsável pela exploração. (Art.º 51.º e 52.º DL n.º 66/95)	
ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS	- DL n.º 368/99, de 18 Setembro, (Protecção contra incêndio em estabelecimentos comerciais com área igual ou superior a 300m2 ou de substâncias perigosas independentemente da área) - Portaria n.º 1299/2001, de 21 de Novembro, (Medidas de segurança contra Incêndio a observar em estabel. comerciais ou prestação de serviços com área < 300m2)	- CM, Licenciamento do uso e construção. (DL n.º 555/99, de 16 Dezembro, com alterações do DL n.º 177/01, de 4 Junho - Regime jurídico da urbanização e edificação) (**)	- SNBPC, (Art.º 3º DL 368/99) (**)	- SNBPC, (Art.º 4º DL 368/99) (**)	- CM, - SNBPC, - Deleg. Conc. De Saúde, - DGFCQA - DRA/MADRP (Art.º 5.º DL 368/99) (Art.º 13º DL 370/99) (**)	- CM, (Art.º 8º do DL 368/99) (**)	- CM, - SNBPC, (Art.º 9.º do DL 368/99) (**)	- Entidade Exploradora do(s) estabelecimento(s)). (Pontos 9 e 12 do Anexo DL n.º 368/99) (**)	- Plano de Emergência e da Organização da Segurança (Art.º 5.º DL 368/99) (**)
	OBSERVAÇÕES : (**)	A Portaria N.º 1299/2001 nada refere relativamente aos procedimentos a adoptar no âmbito da apreciação/fiscalização dos estabelecimentos comerciais e prestação de serviços com área inferior a 300,0m2, pelo que se entendem ser aplicáveis as normas genéricas constantes no DL n.º 368/99, tanto mais que são aplicáveis também as medidas constantes no referido DL quando a Portaria N.º 1299/2001 não as minimizou (Ponto 2.º da Portaria n.º 1299/2001). Face ao exposto, conclui-se: - Deverá ser sempre executado estudo ou plano de segurança nos estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços qualquer que seja a sua área; - Deverão ser adoptados os mesmos procedimentos, ao nível da apreciação/fiscalização, para qualquer estabelecimento independentemente da área ou uso dentro deste tipo de espaços ou edifícios, adequando os referidos procedimentos às especificidades de cada caso.							



REGULAMENTOS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS

(LEVANTAMENTO REALIZADO PELA DST/DSCI EM MAIO DE 2004)

TIPO DE EDIFÍCIO	DIPLOMAS LEGAIS	LICENCIAMENTO		FISCALIZAÇÃO DE SEGURANÇA				ORGANIZAÇÃO DE SEGURANÇA	
		ENTIDADES LICENCIADORAS	PARECERES PRÉVIOS	ANÁLISE DE ESTUDOS/PROJECTOS E PLANOS	VISTORIAS PARA ABERTURA	INSPECÇÕES PERIÓDICAS	INSPECÇÕES INTEMPESTIVAS	ENTIDADE RESPONSÁVEL	MEDIDAS DE AUTOPROTECÇÃO E PLANOS PREVENÇÃO/EMERGÊNCIA
EMPREENDEIMENTOS TURÍSTICOS	- Portaria nº1063/97 de 21 Out., (Medidas de segurança aplicadas na construção, instalação e funcionamento dos empre. turísticos e dos estabelecimentos de restauração e de bebidas)	- CM, Licenciamento do uso e construção. (DL n.º 555/99, de 16 Dezembro, com alterações do DL n.º 177/01, de 4 Junho - Regime jurídico da urbanização e edificação)	- DGT, (Art.º7º DLnº167/97) - SNBPC, (Art.º2º Portaria nº1063/97) (Art.º22º DLnº167/97) - DRAOT, (Art.º13º e 19º DLnº167/97) - Autoridade de Saúde, (Art.20º DLnº167/97)	- SNBPC, (Art.º2º Portaria nº1063/97) (Art.º23º DLnº167/97)	- CM, - DGT, - SNBPC, - e diversas entidades ... (Art.º 26º DL n.º 167/97)	- CM, - DGT, (Art.º 58.º e 59.º DL n.º167/97)	- CM, - DGT, (Art.º 52.º DL n.º 167/97)	- Entidade Exploradora do(s) estabelecimento(s)) ou empreendimentos, proprietários e responsável. (Art.º 44.º, 49.º e 54.º DL n.º 167/97)	- Plano de Emergência e Instruções de Segurança (ponto 9 Portaria n.º 1063/97) - Secções de instrução e treino coordenadas pelo SNBPC (ponto 10 Portaria n.º 1063/97)
	- Portaria nº1064/97 de 21 Out., (Elementos que devem instruir os pedidos de licenciamento de empreendimentos turísticos)	- DGT, Licencia o funcionamento e classificação, (Art.º 7.º DL n.º 167/97)							
ESTABELECIMENTOS RESTAURAÇÃO E BEBIDAS	- DL nº167/97 de 04 de Julho, Rectificado DL nº305/99 de 06-08 e DL nº55/02 de 11-03 (Regime jurídico dos empreendimentos turísticos)								
	- DL nº168/97 de 04 de Julho, Alterado DL nº139/99 de 24-04 e DL nº222/00 de 09-09 e DL nº57/02 de 11-03 (Regime jurídico dos estabe.de restauração e de bebidas)	- CM, Licenciamento do uso e construção. (DL n.º 555/99, de 16 Dezembro, com alterações do DL n.º 177/01, de 4 Junho - Regime jurídico da urbanização e edificação)	- SNBPC, - Aut.Saude, - Governador Civil, - Entidade competente no âmbito das instalações eléctricas. (Art.º2º Portaria nº1063/97) (nº3, Art.3º e Art.º6º a 10º DL nº168/97)	- SNBPC, (Art.º6º DL nº168/97)	- CM, - SNBPC, - Delegado Concelhio de Saúde, - Associação Inspectora das Instalações Eléctricas, - FEREC (Art.12.º, DL n.º 168/97) - DGT (vistoria para classifi.)	- CM, - SNBPC, - DGT, -Autoridade de saúde, (Art.º 35 e Art.º 36 DL 168/97)	- CM, - SNBPC, - DGT, -Autoridade de saúde, (Art.º 35 e Art.º 36 DL 168/97)	- Entidade Exploradora do(s) estabelecimento(s)) ou empreendimentos, proprietários e responsável. (Art.º 34.º DL n.º 168/97)	- Plano de Emergência e Instruções de Segurança (ponto 9 Portaria n.º 1063/97) - Secções de instrução e treino coordenadas pelo SNBPC (ponto 10 Portaria n.º 1063/97)



REGULAMENTOS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS

(LEVANTAMENTO REALIZADO PELA DST/DSCI EM MAIO DE 2004)

TIPO DE EDIFÍCIO	DIPLOMAS LEGAIS	LICENCIAMENTO		FISCALIZAÇÃO DE SEGURANÇA				ORGANIZAÇÃO DE SEGURANÇA	
		ENTIDADES LICENCIADORAS	PARECERES PRÉVIOS	ANÁLISE DE ESTUDOS/PROJECTOS E PLANOS	VISTORIAS PARA ABERTURA	INSPECÇÕES PERIÓDICAS	INSPECÇÕES INTEMPESTIVAS	ENTIDADE RESPONSÁVEL	MEDIDAS DE AUTOPROTECÇÃO E PLANOS PREVENÇÃO/EMERGÊNCIA
ESTABELECIMENTOS ESCOLARES	<p>- Portaria nº1444/2002 de 07 de Novembro, (Normas de segurança contra incêndio a observar na exploração dos estabelecimentos escolares)</p> <p>- DL nº414/98 de 31 de Dezembro, Rectificado pelo DR nº44/99, Série I-A de 27 de Fevereiro (Regulamento de segurança contra incêndio em edifícios escolares)</p>	- CM, Licenciamento do uso e construção. (DL n.º 555/99, de 16 Dezembro, com alterações do DL n.º 177/01, de 4 Junho - Regime jurídico da urbanização e edificação)	- SNBPC, (Art.º15º Portaria nº1444/02)	- SNBPC, (Art.º15º Portaria nº1444/02)	- SNBPC, (Art.º 3.º Portaria n.º 1444/02)	- SNBPC, (prazo<3anos/ Art.5º da Portaria n.º 1444/02)	- SNBPC, (a todo o tempo /Art .5.º da Portaria n.º 1444/02)	- Órgão de Gestão ou Administração. (Art.º 2.º Portaria n.º 1444/02)	<p>- Plano de Prevenção (Art.º 16.º da Portaria n.º 1444/02)</p> <p>- Plano de Emergência (para lotação>500 pessoas - Art.º 18.º da Portaria n.º 1444/02)</p> <p>- Vigilância, Instrução e Formação (Art.º 17.º e Art.º 19.º da Portaria n.º 1444/02)</p>
ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES	<p>- Portaria n.º1275/2002, de 19 de Setembro, (Normas de segurança contra incêndio a observar na exploração dos estabelecimentos de tipo hospitalar)</p> <p>- DL n.º 409/98, de 23 de Dezembro (Regulamento de segurança contra incêndio em edifícios do tipo hospitalar)</p>	- CM, Licenciamento do uso e construção. (DL n.º 555/99, de 16 Dezembro, com alterações do DL n.º 177/01, de 4 Junho - Regime jurídico da urbanização e edificação)	- SNBPC, (Art.º15º Portaria nº1275/02)	- SNBPC, (Art.º15º Portaria nº1275/02)	- SNBPC, (Art.º 3.º Portaria n.º 1275/02)	- SNBPC, (prazo<2anos/ Art.5.º da Portaria n.º 1275/02)	- SNBPC, (a todo o tempo /Art. 5.º da Portaria n.º 1275/02)	- Órgão de Administração. (Art.º 2.º Portaria n.º 1275/02)	<p>- Plano de Prevenção (Em todos os casos e Ocupantes <500 pessoas - Art.º 16.º da Portaria n.º 1275/02)</p> <p>- Plano de Emergência (Ocupantes >500pessoas - Art.º 18.º da Portaria n.º 1275/02)</p> <p>- Vigilância, Instrução e Formação (Art.º 17.º e Art.º 19.º da Portaria n.º 1275/02)</p>



REGULAMENTOS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS

(LEVANTAMENTO REALIZADO PELA DST/DSCI EM MAIO DE 2004)

TIPO DE EDIFÍCIO	DIPLOMAS LEGAIS	LICENCIAMENTO		FISCALIZAÇÃO DE SEGURANÇA				ORGANIZAÇÃO DE SEGURANÇA	
		ENTIDADES LICENCIADORAS	PARECERES PRÉVIOS	ANÁLISE DE ESTUDOS/PROJECTOS E PLANOS	VISTORIAS PARA ABERTURA	INSPECÇÕES PERIÓDICAS	INSPECÇÕES INTEMPESTIVAS	ENTIDADE RESPONSÁVEL	MEDIDAS DE AUTOPROTECÇÃO E PLANOS PREVENÇÃO/EMERGÊNCIA
ESTABELECIMENTOS ADMINISTRATIVOS	<p>- Portaria n.º 1276/2002, de 19 de Setembro, (Normas de segurança contra incêndio a observar na exploração dos estabelecimentos de tipo Administrativo)</p> <p>- DL n.º 410/98, de 23 de Dezembro, Rectificado pelo DR n.º 44/99, Série I-A, de 27 de Fevereiro (Regulamento de segurança contra incêndios em edifícios do tipo administrativo)</p>	- CM, Licenciamento do uso e construção. (DL n.º 555/99, de 16 Dezembro, com alterações do DL n.º 177/01, de 4 Junho - Regime jurídico da urbanização e edificação)	- SNBPC, (Art.º 14º Portaria n.º 1276/02)	- SNBPC, (Art.º 14º Portaria n.º 1276/02)	- SNBPC, (Art.º 3.º Portaria n.º 1276/02)	- SNBPC, (prazo < 3anos/ Art. 5.º da Portaria n.º 1276/02)	- SNBPC, (a todo o tempo /Art. 5.º da Portaria n.º 1276/02)	- Dirigente hierárquico máximo ou o Órgão de Administração. (Art.º 2.º Portaria n.º 1276/02)	<p>- Plano de Prevenção (para lotação > 200 pessoas - Art.º 15.º da Portaria n.º 1276/02)</p> <p>- Plano de Emergência (para lotação > 500 pessoas - Art.º 17.º da Portaria n.º 1276/02)</p> <p>- Vigilância, Instrução e Formação (Art.º 16.º e Art.º 18.º da Portaria n.º 1276/02)</p>
EDIFÍCIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS	<p>- Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/89, de 31 Agosto, (Medidas cautelares mínimas contra riscos de incêndio a aplicar nos locais e seus acessos integrados em edifícios onde estejam instalados serviços públicos da administração central, regional e local e instituições de interesse público e entidades tuteladas pelo Estado)</p>	Não especifica.	Não especifica.	Não especifica. (***)	Não especifica.	- Estrutura de Bombeiros que determina quais as medidas a levar a efeito. (Art.º 2.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/89 - em edifícios com altura > 28,0m)	Não especifica.	- Responsável pelo serviço que nomeia Encarregado da segurança. (Art.º 2.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/89)	<p>- Meios intervenção, aviso e alerta,</p> <p>- Formação e treino do pessoal, (Art.º 8.º e 10.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/89)</p>
	OBSERVAÇÕES : (***)	Ao longo de todo o diploma são definidas determinadas exigências mínimas, relativas às medidas de segurança contra incêndio, que para uma adequada implementação e verificação implicam a execução de um estudo ou plano de segurança e eventual plano de emergência, mesmo que simplificado, não estando no entanto exigida a sua execução ou apresentação.							



REGULAMENTOS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS

(LEVANTAMENTO REALIZADO PELA DST/DSCI EM MAIO DE 2004)

TIPO DE EDIFÍCIO	DIPLOMAS LEGAIS	LICENCIAMENTO		FISCALIZAÇÃO DE SEGURANÇA				ORGANIZAÇÃO DE SEGURANÇA	
		ENTIDADES LICENCIADORAS	PARECERES PRÉVIOS	ANÁLISE DE ESTUDOS/PROJECTOS E PLANOS	VISTORIAS PARA ABERTURA	INSPECÇÕES PERIÓDICAS	INSPECÇÕES INTEMPESTIVAS	ENTIDADE RESPONSÁVEL	MEDIDAS DE AUTOPROTECÇÃO E PLANOS PREVENÇÃO/EMERGÊNCIA
RECINTOS DE ESPECTÁCULOS E DE DIVERTIMENTOS PÚBLICOS	<p>- DL n.º 309/2002, de 16 Dezembro (Regula a instalação e o funcionamento dos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos)</p> <p>- DR n.º 34/95, de 16 de Dezembro (Regulamento das condições técnicas e de segurança dos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos)</p>	<p>- CM, Licenciamento do uso e construção, (DL n.º 555/99, de 16 Dezembro, com alterações do DL n.º 177/01, de 4 Junho - Regime jurídico da urbanização e edificação)</p> <p>- Direcção Geral de Espectáculos, - Insp.Geral das Activ. Culturais, - IND.</p>	<p>- Corpos de Bombeiros Profissionais ou SNBPC, (Art.º9º DL nº309/2002)</p>	<p>- Corpos de Bombeiros Profissionais ou SNBPC, (Art.º9º DL nº309/2002)</p>	<p>- CM, - SNBPC, - Repre. Da Autoridade de Saúde, (Art.º 11.º DL n.º 309/2002)</p>	<p>- Entidade credenciadas para emitir certificado de inspecção, (prazo<3anos/ Art.14.º do DL n.º 309)</p>	<p>- CM, - SNBPC, - Repre. da Autoridade de Saúde, (Art.º 20.º DL n.º 309/2002) - IND, - IGAC , - ou qq outra entidade administrativa ou policial.</p>	<p>- Proprietário e/ou promotor. (Art.º 10.º e 16.º DL n.º 309/2002) - Responsável pela segurança, conforme os casos. (Cap.IX DR 34/95)</p>	<p>- Prevê a obrigação de Seguro de Acidentes Pessoais e Seguro de Responsabilidade Civil. (Art.º 10.º e 16.º DL n.º 309/2002)</p>
INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E ESTÁDIOS	<p>- DL n.º 317/97, 25 de Novembro, (Regime de instalação e funcionamento de instalações desportivas)</p> <p>- DR n.º 10/2002, de 11 Março, (Regulamento das condições técnicas e de segurança dos estádios)</p> <p>- Despacho Conjunto MAI/MJD n.º737/01, de 10 Agosto, (Articulação das entidades envolvidas no euro 2004)</p>	<p>- CM, Licenciamento do uso e construção, - IND, Licencia o funcionamento, (Art.º 11.º e 15.º DLn.º 317/97)</p>	<p>- SNBPC, (Art.º15ºDLnº317/97) - IND, (Art.º12ºDLnº317/97)</p>	<p>- SNBPC, (Art.º15ºDLnº317/97)</p>	<p>- CM, - IND, - SNBPC, - Deleg. Reg. Saúde, (Art.º 15.º DL 317/97)</p>	<p>- CM, - IND, - SNBPC, - Deleg. Reg. Saúde, (a ocorrer num prazo< 3anos - Art.º 18.º DL 317/97)</p>	<p>- CM, - IND, - Entidades Administrativas e Policiais (Art.º 18.º DL 317/97)</p>	<p>- Órgão de Gestão ou Administração ou Entidade Exploradora. (N.º 5 do Art.º 1.º DR n.º 10/01)</p>	<p>- Plano de Emergência e da Organização da Segurança interno. (Art.º 2.º DR n.º 10/01) - "Sala para uso dos bombeiros" (Art.º 23.º DR n.º 10/01), - Central de Comando (Art.º 27.º DR n.º10/01).</p>



REGULAMENTOS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS

(LEVANTAMENTO REALIZADO PELA DST/DSCI EM MAIO DE 2004)

TIPO DE EDIFÍCIO	DIPLOMAS LEGAIS	LICENCIAMENTO		FISCALIZAÇÃO DE SEGURANÇA				ORGANIZAÇÃO DE SEGURANÇA	
		ENTIDADES LICENCIADORAS	PARECERES PRÉVIOS	ANÁLISE DE ESTUDOS/PROJECTOS E PLANOS	VISTORIAS PARA ABERTURA	INSPECÇÕES PERIÓDICAS	INSPECÇÕES INTEMPESTIVAS	ENTIDADE RESPONSÁVEL	MEDIDAS DE AUTOPROTECÇÃO E PLANOS PREVENÇÃO/EMERGÊNCIA
INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS	- DL n.º 69 /2003, de 10 Abril (Normas disciplinadoras do exercício da actividade industrial) - DL n.º 70/2003, de 10 Abril (Regime de licenciamento das áreas de localização empresarial) - DR n.º 8/2003, de 11 de Abril (Reg. lic. da actividade industrial) - Portaria n.º 464/2003, de 6 Junho, (Clas. dos estabel. industriais, quanto ao grau de risco potencial) - Portaria n.º 473/2003, de 11 Junho (Termos de apresentação dos pedidos de instalação ou alteração dos estabelecimentos industriais)	- CM, - DRME, - MADRP; - ALE; - DGE; (as entidades coordenadoras do licenciamento variam consoante o tipo de industria e o grau de risco potencial, conforme define a Tabela n.º 2 da Portaria n.º 464/2003)	- DRA; - Centro regional de saúde pública, - IGT, - DGVeterinária, - DGFCQA, - outras prevista na legislação específica... (Art.º10 DR nº8/2003)	<i>- não especifica</i> , pelo que deverá ser a entidade coordenadora ou outra que emita parecer prévio. (a Parte II do Art.º2º da Portaria nº473/2003 - define estudo de identificação de perigos e avaliação de riscos para a segurança, onde se incluem diversas medidas de segurança contra incêndios)	- DRA; - Centro regional de saúde pública, - IGT, - DGVeterinária, - DGFCQA, - outras previstas na legislação específica... (Art.º 15 DR n.º 8/2003)	- DRA; - Centro regional de saúde pública, - IGT, - DGVeterinária, - DGFCQA, - outras previstas na legislação específica... (em prazo inferior a 7 anos, Art.º 20 DR n.º 8/2003)	- CM; - IGAE; - DRA; - Centro regional de saúde pública, - IGT, - DGVeterinária, - DGFCQA, - outras previstas na legislação específica... (Capítulo III, Art.º 17.º DL n.º 69/2003)	- Órgão de Gestão ou Administração, Industrial ou Entidade Exploradora. (Art.º 5.º DL n.º 69/2003)	- Seguro de responsabilidade civil. (Art.º 5 DL n.º 69/2003) NOTA: O estudo de identificação de perigos e avaliação de riscos, descrito na Parte II do Art.º 2 da Portaria n.º 473/2003, possibilita a interpretação da necessidade de Plano de Prevenção e Emergência.



Ministério da Administração Interna
Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil

REGULAMENTOS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS

(LEVANTAMENTO REALIZADO PELA DST/DSCI EM MAIO DE 2004)

TIPO DE EDIFÍCIO	DIPLOMAS LEGAIS	LICENCIAMENTO		FISCALIZAÇÃO DE SEGURANÇA				ORGANIZAÇÃO DE SEGURANÇA	
		ENTIDADES LICENCIADORAS	PARECERES PRÉVIOS	ANÁLISE DE ESTUDOS/PROJECTOS E PLANOS	VISTORIAS PARA ABERTURA	INSPECÇÕES PERIÓDICAS	INSPECÇÕES INTEMPESTIVAS	ENTIDADE RESPONSÁVEL	MEDIDAS DE AUTOPROTECÇÃO E PLANOS PREVENÇÃO/EMERGÊNCIA
	<p>- Portaria n.º 1188/2003, de 10 Outubro (Pormenorização dos procedimentos relativos ao Licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de abastecimento de combustíveis líquidos e gasosos)</p> <p>- DL n.º 267/2002, de 26 de Novembro (Procedimentos e competências relativas ao Licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de</p>								



Ministério da Administração Interna
Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil

REGULAMENTOS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS

(LEVANTAMENTO REALIZADO PELA DST/DSCI EM MAIO DE 2004)

TIPO DE EDIFÍCIO	DIPLOMAS LEGAIS	LICENCIAMENTO		FISCALIZAÇÃO DE SEGURANÇA				ORGANIZAÇÃO DE SEGURANÇA	
		ENTIDADES LICENCIADORAS	PARECERES PRÉVIOS	ANÁLISE DE ESTUDOS/PROJECTOS E PLANOS	VISTORIAS PARA ABERTURA	INSPECÇÕES PERIÓDICAS	INSPECÇÕES INTEMPESTIVAS	ENTIDADE RESPONSÁVEL	MEDIDAS DE AUTOPROTECÇÃO E PLANOS PREVENÇÃO/EMERGÊNCIA

ABREVIATURAS: **ALE** - SOCIEDADES GESTORAS DE ÁREAS DE LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL
CDOS - CENTRO DISTRITAL DE OPERAÇÕES DE SOCORRO DO SNBPC
CM - CÂMRA MUNICIPAL
DGE - DIRECÇÃO GERAL DE ENERGIA
DGFCQA - DIRECÇÃO GERAL DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLO DA QUALIDADE ALIMENTAR
DGT - DIRECÇÃO GERAL DE TURISMO
DGVeterinária - DIRECÇÃO GERAL DE VETERINÁRIA
DRA - DIRECÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE
DRA/MADRP - DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA DO MADRP
DRAOT - DIRECÇÃO REGIONAL DA ADMINISTRAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
DRME - DIRECÇÃO REGIONAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

FERECA - FEDERAÇÃO DA RESTAURAÇÃO, CAFÉS, PASTELARIAS E SIMILARES DE PORTUGAL
IGAE - INSPECÇÃO GERAL DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS
IGAC - INSPECÇÃO GERAL DAS ACTIVIDADES CULTURAIS
IGT - INSPECÇÃO GERAL DO TRABALHO
IND - INSTITUTO NACIONAL DO DESPORTO
IPPC - INSTITUTO PORTUGUÊS PATRIMÓNIO CULTURAL
MADRP - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS
SNBPC - SERVIÇO NACIONAL DE BOMBEIROS E PROTECÇÃO CIVIL
DR - Decreto Regulamentar, **DL** - Decreto Lei.